



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-RETORIA DE GRADUAÇÃO
ESCOLA DE GESTÃO E NEGÓCIOS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

GUSTAVO LIMA GOMES

**IFRS PARA EMPRESAS BRASILEIRAS: Adequação às normas internacionais
de contabilidade.**

GOIÂNIA

2022

IFRS PARA EMPRESAS BRASILEIRAS: Adequação às normas internacionais de contabilidade.

Gustavo Lima Gomes

Ruzell Nogueira de Araujo

RESUMO: Com o advento da eclosão da globalização, se deu principalmente um maior grau de integração entre os diferentes países. O mercado mundial traz consigo a necessidade de adoção de padrões contábeis uniformes. Seguido por vários mercados importantes, as normas internacionais de contabilidade começaram a mudar, como as empresas brasileiras publicam suas demonstrações financeiras. Este estudo abre uma abrangência de forma a explicar o tema em questão para entender as perguntas que colegas e alunos da área fazem. O estudo concluiu que, embora alguns efeitos negativos da adoção do IFRS, como a necessidade de atualização dos profissionais da área contábil, ainda há evidências de mais pontos positivos, como relevância e melhoria da qualidade da informação, com base nos princípios e avaliações dos profissionais de contabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Harmonização, Normas Internacionais de contabilidade, Convergência.

IFRS FOR BRAZILIAN COMPANIES: Adaptation to international accounting standards.

Gustavo Lima Gomes

Ruzell Nogueira de Araujo

ABSTRACT: With the advent of the outbreak of globalization, there was mainly a greater degree of integration between different countries. The world market brings with it the need to adopt uniform accounting standards. Followed by several major markets, international accounting standards have started to change, as Brazilian companies publish their financial statements. This study opens a range in order to explain the topic in question to understand the questions that colleagues and students in the area ask. The study concluded that, although there are some negative effects of adopting IFRS, such as the need for updating professionals in the accounting area, there is still evidence of more positive points, such as relevance and improvement in the quality of information, based on the principles and assessments of professionals. accounting.

KEYWORDS: Harmonization, International Accounting Standards, Convergence.

1. INTRODUÇÃO

O surgimento da contabilidade se deu em 2000 a.C pela necessidade de controladoria, ou seja, o controle daquilo que se tinha por patrimônio. Os primeiros resquícios de contabilidade foram na Suméria, Babilônia, no Egito e China. O processo de escrituração contábil se estabeleceu de maneira lenta e suas evoluções se deu a partir da utilização da moeda. O surgimento dessa ciência se deu até antes mesmo da escrita, contudo era visto como algo de extrema importância. Tanto é verdade, que até a atualidade é considerada uma área de estudo contínuo que comumente passa por grandes processos de atualizações e universalização, se tornando, cada vez mais, necessária e usual no cotidiano da humanidade.

A progressão da contabilidade se consolidou com processo de globalização, com avanço econômico e da mesma forma com a ascensão social. Buscando mais especificidade, revela-se que o mercado brasileiro começou operar em diversos países em todos continentes, tendo assim acesso ao mercado financeiro internacional. Na sequência, diante dos acontecimentos, naturalmente fora se gerando várias divergências entre os padrões contábeis brasileiros com os demais países. Sendo assim, incorreu a necessidade da padronização das normas contábeis, diante dessa realidade houve uma harmonização denominado de IAS - International Accounting Standards.

Nas primícias, as normas contábeis eram divididas, de um lado os padrões americanos – United States General Accepted Accounting Principles – US GAAP, do outro lado IFRS (Internacional Financial Reporting Standards) – International Financial Reporting Standards. Considerando que mundialização econômica se resultou a partir de políticas de abarrotamento de instituições financeiras internacionais, especificamente pela abertura de capital, se expressou a necessidade da padronização das normas contábeis e por essa e outras razões, em 1973 foi criado as IAS. O IAS é o responsável pelo processo de internacionalização das normas contabilísticas.

À face do exposto, este estudo tem como objetivo esclarecer a importância das normas contábeis, como se deu o processo de convergência das normas contábeis IFRS, como foi a adaptação das empresas a esse novo âmbito, discorrer sobre quais fatores impulsionaram a aderência das IFRS. Perfazendo conexão aos objetivos, essa pesquisa tem como proposta a seguinte problemática: Quais as dificuldades enfrentadas pelas empresas brasileiras na convergência às normas internacionais de contabilidade?

Contudo, é importante evidenciar o processo de adequação aos padrões de normas internacionais contábil e apresentar as dificuldades enfrentadas pelas empresas de pequeno e

grande portes na adesão desses padrões, visando os pontos positivos e negativos deste cenário, onde existe uma grande responsabilidade das instituições que requerem mais transparência no momento de avaliar a viabilidade da situação econômica das empresas para empregar seus recursos e investimentos internacionais, pois nem todas as entidades estão adequadas a essa exigibilidade que é previsto por lei.

O aprofundamento ao tema se justifica por diversas razões, dentre elas à contribuição com os acadêmicos e profissionais da contabilidade, uma vez que ampliará a literatura existente sobre a temática. Do mesmo modo, a investigação prestará grande serviço a quem interessa, uma vez que apresenta esclarecimento contábil as pequenas e grandes empresas, empresários que tenham interesse pela área da contabilidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O delineamento teórico desta pesquisa está fragmentado em cinco tópicos. O primeiro refere à conceito, definição e objetivo da contabilidade. O segundo tópico aborda o surgimento e evolução da contabilidade. O terceiro tópico, contabilidade internacional – aspectos panorâmicos. O quarto tópico contempla da harmonização, padronização e convergência. Por fim, o último tópico apresenta a adequação das normas internacionais de contabilidade.

2.1 CONCEITO, DEFINIÇÃO E OBJETIVO DA CONTABILIDADE

A contabilidade e uma ciência que estuda o patrimônio de uma entidade e tem como finalidade registrar, interpretar, controlar e gerenciar informações acerca das mudanças por ela sofridas em um determinado momento.

contabilidade e uum sistema muito bem idealizado que permite registrar as transações de uma entidade que possam ser expressas em termos monetários, e informar os reflexos dessas transações na situação economico-financeira dessa entidade em uma determinada data. (GOUVEIA, 1993, p.1)

A contabilidade é definida como um sistema de informação que controla patrimônios de entidades pertencentes a pessoas físicas ou jurídicas, no entanto, a contabilidade é um auxílio para as entidades nas tomadas de decisão assertivas com o intuito de ganhos. Para Ribeiro (2013, p.10), contabilidade é:

A contabilidade, portanto, é uma ciência social que tem por objeto o patrimônio das entidades econômico-administrativas. Seu objetivo principal é controlar o patrimônio das entidades em decorrência de suas variações”.

Portanto, a contabilidade é uma ferramenta de controle cujo o objetivo segundo, Padoveze (2012) é:

A contabilidade tem por objetivo o controle do patrimônio, que é feito por meio da coleta, armazenamento e processamento das informações, ou seja, de todos os fatos contábeis que ocorrem na atividade empresarial.

2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO – Surgimento e evolução da contabilidade

A contabilidade é muito antiga e seus primeiros registros são nos primórdios onde os homens das cavernas utilizava de suas técnicas artísticas “pintura rupestre” para controlar os alimentos e materiais de construção.

O surgimento da contabilidade se deu pela necessidade de controlar o patrimônio e os primeiros registro de patrimônios relatados foram no Egito, uma área da contabilidade nomeada de fisco. Iudicibus e Marion (1999 apud BEUREN et al, 2003), relatam que Contabilidade surgiu para atender a necessidade de avaliar a riqueza do homem, bem como os ganhos e perdas na época em que ainda não se existiam números, escrita ou moeda.

Nos primórdios da humanidade, a contabilidade era usada para medir e avaliar a evolução do patrimônio das entidades, mesmo nos tempos mais remotos quando surgiram as primeiras organizações econômicas. O conhecimento prático e as diferentes formas de informação auxiliavam o homem nas suas atividades. (SHIGUNOV, 2004, p.46)

Segundo Iudícibus (2010) a contabilidade existe desde o tempo medieval, onde era praticada em ações simples do cotidiano e dos costumes da época, sem tanto conhecimento e até mesmo de maneira discreta, a contabilidade era praticada na contagem de rebanhos para o controle e cuidado com os animais; e, em relação ao tempo e a estação, para a espera de alimento, ali era realizada em atividades do dia a dia.

Conforme Iudícibus e Marion (2002) o desenvolvimento da Contabilidade foi moroso ao longo dos séculos. A primeira etapa era chamada de fase empírica da Contabilidade, durante a qual foram utilizados desenhos, figuras e imagens para identificar o patrimônio. Como ciência, propriamente dita, chegou apenas no início do século XIX. “Em 1836, a Academia de Ciências da França adotou a Contabilidade como ciência social, e assim também entenderam grandes pensadores modernos de nossa disciplina, [...]” (SÁ, 2002, p. 41-2).

Segundo Melis (Apud SÁ, 1997, p. 13-4) o desenvolvimento da Contabilidade e dividido em quatro grandes períodos assim denominados por ele:

- I. Mundo Antigo: dos primórdios da história até o ano de 1202 da era cristã;
- II. Sistematização: de 1202, por causa da formação do processo das partidas dobradas, até o ano de 1494;

- III. Literatura: de 1494, com a publicação da obra de Luca Pacioli, até 1840;
 IV. Científico: de 1840, com a obra de Francesco Villa, até os dias atuais.

Em se tratando de sistematização, Antônio Lopes de Sá (1997), aponta o surgimento das partidas dobradas em Toscana, na Itália, entre os anos 1250 e 1280 da era cristã. Schmidt (2000), retrata fatores que impulsionaram no surgimento das partidas dobradas que está relacionado ao desenvolvimento econômico de alguns centros comerciais da Itália, como Veneza, Gênova e Florença e o início da tecnologia de impressão de livros na Alemanha bem como sua rápida dispersão pelos grandes centros comerciais da Europa, principalmente o norte da Itália.

Melis entende que a obra de Leonardo Fibonacci é demarcatória de um período da História da Contabilidade não só porque é uma literatura mercantil e de cálculos aplicados ao comércio, [...] mas também porque a atmosfera da época já era a do aparecimento da partida dobrada. (SÁ, 1997, p. 36)

Em sequência no âmbito literário ou período moderno, considerado a fase da pré-ciência, foi um período de grande produção de obras literárias em aspectos contábeis fato acontecido entre os séculos XV e XVI. Diante deste cenário onde a contabilidade tornou se fundamental e importante para o controle das riquezas no novo mundo. A obra de maior importância produzida neste período foi escrita por Pacioli "Tractatus de Computis et Scripturis" (Contabilidade por Partidas Dobradas), publicado em 1494, enfatizando que a teoria contábil do débito e do crédito corresponde à teoria dos números positivos e negativos. Frei de Luca Pacioli expôs a terminologia adaptada em relação ao método das partidas dobradas:

"Per ", mediante o qual se reconhece o devedor;
 "A ", pelo qual se reconhece o credor.
 Acrescentou que, primeiro deve vir o devedor, e depois o credor, prática que se usa até hoje.

Período Científico ou História Contemporânea, esse momento da contabilidade tem como enfoque conhecer a natureza, os detalhes as normas, leis e práticas quem regem o patrimônio. Afirma Roover (1955, apud SCHIMIDT, 2000), que o trabalho de Bésta "...é considerado por muitos italianos como a Bíblia para a história da Contabilidade, bem como, para problemas contemporâneos de teoria e prática". Ou seja, as demonstrações contábeis auxiliam os profissionais contábeis com elementos e conceitos que facilitam o estudo da contabilidade, aprimorando o conhecimento sobre contas e valores, os quais são utilizados nos dias atuais.

Instituída no Brasil no começo do século XIX, com a migração da família real portuguesa onde houve o surgimento da atividade comercial, tais como, elementos e conceitos que facilitam o estudo da contabilidade, aprimorando o conhecimento sobre contas e valores,

os quais são utilizados nos dias atuais. As Tesourarias de Fazenda nas províncias eram compostas de um inspetor, um contador e um procurador fiscal, responsáveis por toda a arrecadação, distribuição e administração financeira e fiscal. Silva (2011, p. 107) relata que:

“O Erário Régio foi criado no Brasil, em 1808, com a chegada ao Brasil da família real, o Príncipe Regente, D. João, futuro D. João VI, com a rainha D. Maria I. Era dirigido por um presidente também com função de inspetor geral. Na criação do Relação Erário são nomeados quatro contadores gerais para as quatro repartições em que o mesmo fica dividido sendo pessoas com ciência do cálculo mercantil e experientes na arrumação dos livros por partidas dobradas. O primeiro contador será o responsável pela entrada dos dinheiros na Contadoria Geral da Corte e Província da Estremadura. O segundo contador será encarregado das entradas dos direitos e rendas na Contadoria das Províncias do Reino e Ilhas dos Açores e Madeira. O terceiro contador responderá pelas entradas das rendas na Contadoria Geral da África Ocidental, do Maranhão e das Comarcas do Território da Relação da Baía. O quarto contador ficará encarregado de fazer entrar todos os produtos na Contadoria Geral do Território da Relação do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia portuguesa.

2.3 - CONTABILIDADE INTERNACIONAL – Aspectos Panorâmicos

A contabilidade internacional tem regras (IFRS) para ajustar a linguagem contábil, para que a globalização não seja mais um problema e para que todos os países se entendam. São obrigatórias em mais de 140 países e dentre eles o Brasil. Essas normas são responsáveis por tornar as operações contábeis globais mais transparentes e confiáveis.

A missão da contabilidade internacional é unificar a linguagem contábil para que diferentes países possam fazer negócios entre si. Antes de existir, cada país tinha seu próprio processo, o que dificultava essas relações. Portanto, a harmonização é importante para facilitar a avaliação de desempenho das empresas em nível global. A adoção do IFRS finalmente coloca o Brasil em pé de igualdade com as demais economias do mundo em termos de análise de investidores. Isso acaba por tornar o país mais atrativo para quem quer investir recursos em empresas brasileiras, pois a análise pode ser feita imediatamente.

De acordo com a KPMG (2008), os principais benefícios que a migração para os padrões IFRS trará para o nosso país serão:

- Aumento da comparabilidade e da transparência nas demonstrações financeiras;
- Integração supranacional do mercado de capitais;
- Disponibilização de informações financeiras com mais qualidade para acionistas e autoridades responsáveis;
- Aumento da qualidade e da eficiência de grupos internacionais; e
- Potencialização das ambições de crescimento internacional do Brasil.

Ainda segundo a KPMG (2008), a implementação das IFRS também proporciona vantagens decisivas para o negócio, tais como:

- A preparação de relatórios internos e externos de acordo com as IFRS contribui ativamente para o gerenciamento eficiente.

- O sistema de reporting é padronizado, resultando em comunicação financeira uniforme.
- Os números contábeis conforme as IFRS oferecem melhor auxílio na tomada de decisões gerências, pois são mais orientados para uma reflexão realista da eficiência econômica.

Portanto, todas as empresas nacionais ou estrangeiras que queiram realizar negociações com o Brasil devem estar adequadas às normas internacionais de contabilidade. Grandes potências econômicas como Estados Unidos da América e a China que tem o seu próprio sistema contábil exigem que empresas nacionais utilizem esse sistema próprio. Em contrapartida temos a China que vem demonstrando um grande comprometimento com a adoção do IFRS como norma contábil principal pelo país, deixando suas particularidades de lado.

O Brasil é optante da IFRS pois temos uma forte abertura para o comércio exterior. O governo federal incentiva o investimento com outros países. Em 2021 o Brasil registou um resultado de US\$ 280,4 bilhões em exportações e US\$ 219,4 bilhões em importações. A exportação em 2021 cresceu 34% na comparação com 2020, enquanto a importação cresceu 38,2%. Com isso o governo brasileiro criou a Lei 11.638/2007, exigindo que as empresas apresentassem suas demonstrações financeiras no formato aceito internacionalmente mostrando para o resto do mundo que o Brasil estava pronto para expandir o seu mercado internacional. Companhias de peso como a Petrobras, Gerdau, Vale, Bradesco, Itaú etc. têm títulos negociados em Bolsas de Valores estrangeiras e não precisam fazer grandes esforços para adequar suas demonstrações. Afinal, atualmente elas já têm seus demonstrativos em um padrão aceito e compreendido nesses países.

Os órgãos responsáveis pela fiscalização das normas internacionais de contabilidade são, receita federal e os órgãos de registro das demonstrações contábeis, o próprio órgão de registro dos contadores o CFC e o CRC dos estados além disso, os CPC também atuam como regulador da implementação das normas em nosso país. Atualmente, não existe uma penalidade direcionada para as empresas que não implementem essas normas na sua demonstração contábil. O que pode ocorrer com ela é ter seus documentos negados pelos órgãos de registro ou na hora de apresentar o documento para algum fornecedor ou banco.

2.4 Harmonização, Padronização e Convergência

Matos et al. (2013, p. 70), observa no decorrer do processo a presença de mais de um termo ao se falar em diminuição da assimetria da informação contábil nas relações entre diferentes países: "harmonização", "convergência" e "padronização".

Em se tratando de harmonização,

Choi e Meek (2011, p. 250) afirmam que os esforços para a harmonização da contabilidade internacional aceleraram principalmente durante os anos 90, acompanhando a globalização dos negócios internacionais, os mercados de valores mobiliários e o crescimento da troca de informações entre as companhias.

Em tese, foi defendido por Fuertes (2008, p. 327) que, a principal diferença entre harmonização e padronização está no grau de rigidez da adoção dos padrões contábeis, uma vez que a "harmonização envolve uma redução nas assimetrias contábeis, enquanto a normalização implica a erradicação de qualquer assimetria". Ao citar Van Hulle (1989), a pesquisadora aponta que a harmonização visa garantir que as normas contábeis sejam comparáveis e equivalentes, mas não envolve o estabelecimento de padrões precisamente uniformes em todos os países, que seria um processo mais intimamente ligado ao conceito de padronização.

Para Santos e Almeida (2012, p. 24), a convergência seria, portanto, "uma aproximação de critérios, procedimentos, métodos utilizados em um país com os adotados internacionalmente, de forma flexível (pois há uma sobreposição do padrão normativo nacional ao internacional)". Os pesquisadores destacam que há uma sutil diferença conceitual entre os termos convergir e harmonizar no tocante à eliminação gradual das diferenças e o aumento da comparabilidade das práticas, respectivamente, mas nada que possa influenciar, possivelmente, os efeitos práticos provocados pelas duas performances. Para os autores, a convergência de normas ou a harmonização de normas, enfim, são termos perfeitamente aceitáveis. Já Niyama e Silva (2009, p. 16) afirmam que o termo convergência está ligado à uma ideia de "movimento em direção a", indicando um processo de adoção para uma linguagem comum.

Na visão de Mapurunga, Menezes e Peter (2011, p. 88), a convergência também visa reduzir as divergências contábeis entre os países, mas não com o intuito de padronização, tendo em vista que cada país possui características próprias, devendo ser respeitadas as necessidades específicas de cada um desses.

Considerando Niyama (2010, p. 38), o conceito de padronização possui um significado impositivo, pois representa "um processo de uniformização de critérios, não admitindo flexibilização". Choi e Meek (2011) também consideram a padronização como a imposição de um conjunto rígido e estreito de regras, sem flexibilização, aplicando o mesmo padrão contábil para diversas situações. Segundo Taulea (2009, p. 283), a padronização está refletida na emissão de postulados, princípios e normas contábeis.

2.5 Adequação das normas internacionais de contabilidade

Normas Internacionais de Contabilidade, conjunto de condutas para o exercício da profissão contábil, compreendendo conceitos, princípios e procedimentos na realização dos trabalhos contábeis, consentidos pelas normas emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

Para Lemes e Silva (2007) o início do processo da convergência contábil no Brasil teve início no ano de 2008, sendo este regulamentado pela lei societária 11.638/2007 que aplica às organizações de grande porte disposições relacionadas à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. O processo de convergência contábil surgiu com a necessidade de o Brasil continuar incluído em meio ao processo de desenvolvimento global entre diversos países.

O objetivo do Comitê de pronunciamento contábeis – CPC que foi criado para elaborar e anunciar um novo padrão de normas contábeis internacionais que pudesse ser usado por todos os países que, no entanto, em abril de 2001 as IFRS - International Financial Reporting Standards foram criadas, que antes eram denominadas como IAS - International Accounting Standards.

De acordo com Lemes e Silva (2007) que diante de um cenário econômico mundial repleto de modificações decorrentes do acelerado processo de globalização da economia, o BACEN decidiu, em 10 de março de 2006, que seriam editados normativos, tendo por objetivo a adoção de procedimentos para elaboração e publicação de demonstrações contábeis consolidadas em sintonia com os pronunciamentos do IASB, a partir de 31 de dezembro de 2010, bem como a observância das normas editadas pela International Federation of Accountants (IFAC) para a prestação de serviços de auditoria independente da esfera do Sistema Financeiro Nacional. Essa decisão levou em conta a necessidade de promover a convergência de normas de Contabilidade e de auditoria em nível internacional, tendo em conta as condições, características e o estágio de desenvolvimento do mercado brasileiro e analisando a necessidade de intensificar os empenhos com vistas a ampliar o nível de convergência atual.

Em janeiro de 2009 se tornou obrigatória a uso das IFRS para todas as empresas de capital aberto e empresas de médio e grande porte de capital fechado. Tal obrigatoriedade passou a existir após a Lei 11.638/07, publicada em 28 de dezembro de 2007, que alterou e revogou dispositivos das Leis 6.404/76 e 6.385/76, referentes às Sociedades por Ações (SAs). Seu principal objetivo foi a alteração das regras contábeis. A Lei 11.638/07 se aplica a empresas

constituídas sob a forma de sociedades anônimas de capital aberto e capital fechado, limitada a empresas de grande porte, com receitas brutas anuais auferidas superiores a R\$ 300.000.000,00.

Essas alterações trouxeram impactos de caráter de correção de erros encontrados na Lei societária de 1976, assim como adaptar a lei às mudanças do mercado, das demonstrações financeiras consolidadas (para SAs de capital aberto) a fim de elaborar demonstrações com base nos padrões internacionais, IFRS, o que se tornou obrigatório a partir de primeiro de janeiro 2009. Houve mudanças nas práticas contábeis e na sua divulgação, tais mudanças ocorreram em instrumentos financeiros, contratos de arrendamentos mercantis, equivalência patrimonial, reavaliação de ativos, entre outros. (KPMG Auditoria Independente, 2007).

O Brasil passou por uma etapa de adaptação, requerendo profissionais preparados, sendo indispensável, para tanto, o conhecimento das normas internacionais (COSTA; CAMPOS; AMARAL, 2009).

Segundo Ernst & Young e FIPECAFI (2010) a alteração da 6.404/76 foi proposta buscando, em especial, sanar impropriedades e erros da Lei societária de 1976; adequar à lei às transformações sociais e econômicas decorrentes da evolução do mercado e consolidar o mercado de capitais, através da implementação de normas contábeis e de auditoria internacionalmente aceitos

Esse processo de harmonização das normas internacionais de contabilidade de acordo com (KPMG Auditores Independentes, 2007), teve três aspectos: benefícios, malefícios e obstáculos.

Os benefícios encontrados previamente são as comparações em nível mundial, ou seja, as avaliações de desempenho das empresas, recursos financeiros internacionais, facilidade de transferência de pessoal com multinacionais. Essa convergência possibilitará, no futuro, a redução de custos, taxas de riscos menores para o acesso das empresas brasileiras a capitais externos, o que permite a harmonização dos pré-requisitos para as empresas empregarem seus papéis negociáveis na bolsa de valores. Os malefícios observados, primeiramente, são o não reconhecimento de que os países precisam de normas diferentes, onde estejam de acordo com sua cultura, economia, e para isso, a harmonização implica na redução de opções de práticas apropriadas, dificultando o progresso de práticas contábil bem fundamentada. Os obstáculos visualizados se devem em relação ao grau de diferenças entre as normas e práticas contábeis de diversos países, e, portanto, encontra em alguns países a falta de entidades de profissionais com poder de influência.

De acordo com NIYAMA, 2007, existe um consenso entre os diversos envolvidos para uma harmonização dos procedimentos contábeis afim de minimizar as divergências internacionais e facilitar a comunicação e comparação das informações contábeis.

A adoção das IFRS tende a melhorar a qualidade dos relatórios financeiros, primeiro porque reduz a margem para a prática de gerenciamento oportunista por parte dos gestores – evidências apontam que tal adoção possibilita menor earnings management, maior possibilidade no reconhecimento das perdas, além de maior value relevance do lucro contábil (Barth et al., 2008). Segundo, porque as normas internacionais, ao priorizarem a essência sobre a forma, fato comum em países com tradição common law, possibilitam lucro contábil mais adequado que em países com tradição code law, como é o caso do Brasil (Santos et al., 2011).

Segundo Barth et al., 2008,

A adoção das IFRS tende a melhorar a qualidade dos relatórios financeiros, primeiro porque reduz a margem para a prática de gerenciamento oportunista por parte dos gestores – evidências apontam que tal adoção possibilita menor earnings management, maior possibilidade no reconhecimento das perdas, além de maior value relevance do lucro contábil.

As alterações nos padrões contábeis com a adoção das IFRS, conforme Daske, Leuz e Verdi (2008), proporcionaram melhorias na qualidade das informações contábeis em 26 países e chegaram à conclusão de que a adoção dos padrões internacionais provocou aumento da liquidez de mercado, redução do custo de capital e aumento do valor das companhias.

Barth, Landsman e Lang (2008), por sua vez, investigaram a ligação da adoção das International Accounting Standards (IAS) com a maior qualidade da informação contábil em 21 países e concluíram que companhias que adotam as IAS normalmente apresentam aumento na qualidade da informação contábil em relação ao período anterior à adoção

Em meio ao atual cenário do mundo globalizado que vivemos, torna-se imprescindível a convergência entre as diferentes práticas contábeis adotadas pelos participantes dos principais mercados internacionais de capitais, fisicamente estabelecidos nos mais diferentes países. A partir da decisão da CVM de determinar a adoção das normas contábeis estabelecidas pelo IASB para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2010, o Brasil introduz definitivamente no contexto de uma Contabilidade globalizada direcionada também para os interesses dos usuários originados do mercado financeiro.

Na visão de FIPECAFI e ERNST & YOUNG (2013),

o padrão IFRS tornou mais complexos o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação das informações contábeis, com maior subjetividade nas escolhas contábeis, maior julgamento por parte das empresas e a participação de várias áreas da empresa na elaboração das informações contábeis. A mudança de uma Contabilidade baseada em normas para uma Contabilidade baseada em princípios aumentou o grau de julgamento exigido pelos responsáveis pela elaboração e pela

auditoria das demonstrações contábeis. Consequentemente, tais profissionais começaram a ter responsabilidade na seleção e na aplicação das premissas e estimativas contábeis.

Analisando de outra forma, conforme a visão de FIPECAFI e ERNST & YOUNG (2013),

com o IFRS a preparação da informação contábil aumentou a necessidade de coordenar esforços de diferentes áreas. Afinal, a tarefa de definir taxas de depreciação, valor justo de derivativos e provisões, por exemplo, demanda a atuação de administradores, economistas, engenheiros e advogados, entre outros. Por outro lado, os critérios de reconhecimento e mensuração do IFRS são mais consistentes e informativos, pois convergem de maneira mais próxima para o resultado econômico das companhias.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa classifica-se, quanto aos objetivos, em pesquisa exploratória, uma vez que, seus resultados evidenciarão novas abordagens sobre a contabilidade internacional, no contexto da harmonização das normas, pelas empresas brasileiras. Segundo Malhotra et al (2005), a pesquisa exploratória tem como principal objetivo proporcionar esclarecimento e compreensão para o problema enfrentado.

Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, pois serão realizados levantamentos na literatura existente, por meio de livros, revistas, sites e outros materiais já publicados sobre o tema. De acordo com Marconi e Lakatos (2011, p.57) "A pesquisa bibliográfica, ou fontes secundárias, abrangem toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo.

No tocante à abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois não existe a preocupação com a dados numéricos ou estatísticos sobre o assunto, mas sim, destacar o processo de implantação das normas no Brasil, em relação as suas dificuldades e expor pontos positivos e negativos da adesão de processo. Para Malhotra et al (2005) o objetivo da pesquisa qualitativa é a obtenção da compreensão qualitativa do problema. A mostra é tomada por um número pequeno de casos. A coleta dos dados não é estruturada e sua análise não é estatística.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da exposição da investigação, resta demonstrado que as IFRS (International Financial Reporting Standards) que traduzidos, são Normas Internacionais de Relatório Financeiro, é o modelo de normas contábeis que as empresas devem seguir para atender às normas internacionais, deixando o balanço contábil claro e interpretável em diferentes países,

um padrão aceito em 120 países. Tem por finalidade facilitar a comparabilidade das informações entre empresas de diferentes países. São emitidas pelas IAS (International Accounting Standards Board) um órgão criado em 2001, em âmbito nacional desde a promulgação da Lei 11.638, há mais de 10 anos, as normativas brasileiras se alinham a algumas diretrizes internacionais do IFRS e de 2004 adiante as IAS são revisadas pelas IFRS.

Ante o apresentado, evidencia-se por meio de um cenário hipotético que as IFRS é como se fosse a junção de 5 (cinco) pessoas de diferentes países e que falam em diferentes idiomas, diante da necessidade de realização de uma negociação, desta sorte, com as IFRS, isso se faz possível. Portanto, se todos utilizasse do mesmo idioma, ou seja, o inglês, por exemplo, a comunicação seria facilitada. Sendo assim, esse é o objetivo das IFRS, aplicar as mesmas normas contábeis nos diferentes países para a compreensão das informações, e fluir de forma natural.

Por conseguinte, tenciosando a inteligência, informa-se que, atualmente no Brasil existem empresas com perfil mais agressivos, conhecidas como Start-ups. Essa modalidade é algo concreto e palpável. Realidade que vem se aprimorando e desenvolvendo, diante da força no mercado. Complementando, e também um movimento crescente de investidores estrangeiros voltados a atenção para estas empresas. As Start-ups funcionam da seguinte forma, captam investimentos para crescerem, tanto na fase de captação, quanto na fase de aceleração ou tração de investidores, principalmente estrangeiros, e necessário que haja transparência contábil. Do mesmo modo, é necessário que os demonstrativos contábeis sigam as normas internacionais da IFRS. O mesmo se aplica para qualquer empresa que busca internacionalização de marca, independentemente de seu porte, como as multinacionais, quando entram no Brasil exigem a padronização das normas contábeis, tendo como base as IFRS.

Mesmo com toda explanação sobre a importância e relevância das IFRS, não está em palta apenas sua exigibilidade prevista nas normas, lei. Vale a pena mencionar, que as normas internacionais de contabilidade geram vantagens as empresas. De tal modo, que as IFRS permite otimização e padronização das atividades contábeis. Sendo assim, os relatórios contábeis seguem uma forma voltada de cunho gerencial, tornando a tomada de decisão estratégica, mais fácil, por possibilitar aos gestores informações ricas.

Por muito tempo foi o usado o termo “Padronização” para o processo de adequação das normas internacionais de contabilidade, antes mesmo de se acordar com o termo atualmente aceito e usado: “harmonização”. Padronização é um processo que busca reduzir todos os objetos de um processo a um só tipo, unificado, simplificado e utilizando um único modelo preestabelecido. Já a harmonização é um acordo para que existam mudanças, tal qual aconteceu

no Brasil, elaborado respeitando as normas e características vigentes do país e de suas operações comerciais.

Ressaltando que o processo de harmonização contábil respeitou as características legais e societárias do Brasil e, com isso, muitos dos pontos foram adaptados para a realidade brasileira como, a praticidade, pois a adoção do uso da IFRS traz a integração das áreas contábeis de forma facilitada as empresas multinacionais, bem como facilidade de crédito, onde possibilita que as empresas sejam transparentes sobre a sua situação financeira e regradas com relação a processos de contabilização e atendimento ao Compliance, pois as instituições financeiras enxergam de forma positiva empresas que possuem Compliance e adotam normas, padronizando os processos que é algo que facilita a captação de dinheiro e o aumento de capital.

No decorrer do processo de adaptação das normas internacionais a contabilidade fora se transformando, até passar a vigorar 2007, por meio da Lei nº 11.638. Contudo, até então, as novas regras não eram obrigatorias, passando ter adoção obrigatoria no ano de 2010. Deste modo, por meio de determinação, passou a vigorar que todas as empresas usassem as Normas Internacionais de contabilidade, independentemente de ser considerada pequena, média ou grande empresa.

Nesse sentido, para Costa Júnior et al. (2018), a harmonização é um procedimento que surgiu após o acordo entre diversos países e, para que isso acontecesse, foi necessário ocorrer atualizações em seus sistemas e diretrizes contábeis, adequando-os e transformando-os em compatíveis, porém, prezando pelas especificidades de cada local.

Nessa trajetória, foram encontradas dificuldades para essa adequação, onde culminaram por décadas de espera para uma mudança definitiva, na lei 6.404/76, onde essas alterações só se vigorou em 2007, ou seja, estabelecida 31 anos depois. Um exemplo que se pode citar para destacar para maior compreensão os impactos da legislação brasileira é a modificação do artigo 177 da Lei 6.404/76, que foi alterado pela Lei 11.638/2007:

“Art. 177. § 3º As demonstrações financeiras das companhias abertas observarão, ainda, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, e serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes registrados na mesma comissão.” E de acordo com o “§ 5º As normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários a que se refere o § 3º deste artigo deverão ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários.”

Salienta-se que uma das maiores promessas das IFRS era a aclaramento das demonstrações contábeis. Não menos importante, ressalta-se também que a adoção das IFRS trouxe ao contador o aumento das responsabilidades em relação à apreciação das demonstrações

contábeis. Igualmente evidenciado, que após a adoção das IFRS, uma mudança em relação à definição de algumas práticas contábeis. Uma das principais, fora a forma como devem ser reconhecidos os eventos que podem, de alguma maneira, ter impacto nas demonstrações contábeis isso, antes, não era levado em consideração.

No entanto, as empresas que mais vivenciaram à harmonização contábil, foram as Sociedades Anônimas de Capital Aberto. Afinal, são elas que buscam capitais no mercado nacional, bem como capital estrangeiro. Sendo assim, de moda, que tiveram que adaptar suas demonstrações e informações contábeis, em contrapartida a adoção do padrão IFRS facilita o trabalho da auditoria e de uma possível análise para abertura de capital, caso a empresa vire uma sociedade anônima de capital aberto, tendo assim a oportunidade de aumento de empresas com capital aberto.

É importante essa adequação as normas internacionais de contabilidade pois possibilita a comparação e transparência das demonstrações contábeis, maior integração com o mercado internacional de capitais, aumento na qualidade e na eficiência de grupos internacionais, geração de informações contábeis mais voltadas para um cunho gerencial, a mensuração dos elementos patrimoniais do Ativo deve ser feita pelo valor histórico com limitação à probabilidade de recuperação de seu valor no futuro, utilização do valor justo para mensuração de propriedades para investimento.

As IFRS levaram as empresas a observar desafios que antes não imaginavam. Os ajustes em sistemas é um dos principais desafios, principalmente porque as informações em IFRS precisarão atender a uma demanda mensal ou talvez diária. Os desafios de longo prazo estão mais relacionados a treinamento, como por exemplo, na identificação de quem deve ser treinado. No entanto, chama a atenção que esta identificação é algo que depende da própria empresa, como e onde treinar pode ser ainda complexo, primeiro porque não existem muitas organizações preparadas para oferecer treinamentos específicos sobre IFRS ajustados ao nosso ambiente de negócios, e também porque começa haver muita demanda para esses treinamentos. É importante destacar que o processo de convergência não traz só desafios, mas também oportunidades.

De acordo com KPMG, um dos desafios na adoção das normas internacionais é alcançar a consistência no entendimento e, portanto, na aplicação dessas normas. Ao final, o objetivo será atingir maior transparência e comparabilidade nos relatórios financeiros e, com isso, obter as melhores informações para os acionistas.

De acordo com análises realizadas por Costa da Silva, Pedro Ylunga; Wagner Da Fonseca, Marcos em Gerenciamento de resultados: Estudo empírico em empresas brasileiras e

portuguesas antes e após a adoção das IFRS, a análise da significância estatística dos índices encontrados nos períodos pós e pré-convergência, foi realizada a análise de correlação entre as métricas utilizadas para a mensuração dos níveis de GR das empresas e as características das empresas, tais como tamanho da empresa (SIZE), crescimento das vendas (GROWTH), nível de endividamento (LEV), negociação de títulos e ações na bolsa de valores nos Estados Unidos da América (XLIST) e a emissão de relatório de auditoria independente (AUD) a partir do software SPSS® 21.0. Os resultados obtidos na análise de correlação entre essas variáveis para empresas brasileiras e portuguesas no período pré e pós-convergência, discriminados na Tabela 1.

Variáveis	Relação esperada	Empresas brasileiras		Empresas portuguesas	
		Pré-convergência	Pós-convergência	Pré-convergência	Pós-convergência
Tamanho ($SIZE_{it}$)	Negativa	Positiva	Positiva	Negativa	Negativa
Crescimento das vendas ($GRONTH_{it}$)	Positiva	Positiva	-	Negativa	-
Alavancagem (LEV_{it})	Positiva	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
Auditoria (AUD_{it})	Negativa	Negativa	Negativa	-	Negativa
Negociação de ações em bolsa de valores na NYSE/EUA ($XLIST_{it}$)	Negativa	Negativa	Positiva	Positiva	Positiva

Tabela 1- Variáveis pré e pós convergência (Costa da Silva, Pedro Ylunga; Wagner Da Fonseca, Marcos)

Têm-se como destaque a relação verificada entre os níveis de GR e o tamanho da empresa, sendo observada a relação esperada para as empresas portuguesas, nos dois períodos analisados, diferentemente do observado para as empresas brasileiras. Ou seja, o tamanho da empresa pode de fato influenciar na prática de manipulação de resultados contábeis, presumindo-se que empresas menores têm maior probabilidade de efetuarem tais práticas, por não terem obrigatoriedade de apresentar as suas informações ao mercado em relação às empresas de grande porte, o que pode influenciar as oportunidades para o GR (Barth et al., 2008).

O crescimento de vendas não apresentou relação com todas as métricas utilizadas no estudo, no entanto, as empresas brasileiras apresentaram resultados semelhantes aos estudos de Lang et al. (2006). Ou seja, a constatação da associação entre o crescimento das vendas e aumento dos resultados, pode estar relacionada com a maior ou menor utilização de accrual explicando assim a prática de GR. Para Lang et al. (2006), o crescimento das vendas pode ser relacionado a busca de capital por parte das empresas, o que provoca possíveis efeitos na informação contábil disponibilizada.

A variável alavancagem que também exerce influência sobre o processo de captação de capital para as empresas, não apresentou a relação esperada com as métricas utilizadas, observando uma relação negativa com as métricas utilizadas, e podendo-se inferir que o aumento na alavancagem proporcionaria uma diminuição nos níveis de GR. A variável auditoria (AUD) apresentou, em quase todos os períodos, o comportamento esperado nos períodos analisados com relação às métricas utilizadas para mensuração dos GR, constatando-se que o fato de que, se a empresa for auditada por uma Big Four em auditoria, haveria menor possibilidade para as empresas gerenciarem seus resultados, em razão da maior qualidade dos serviços e das exigências quanto à transparência nos relatórios financeiros (Barth et al., 2008).

Finalmente, com relação ao fato de a empresa negociar ações ou títulos na bolsa de valores dos EUA/NYSE, obteve-se somente a relação esperada no primeiro período analisado para as empresas brasileiras, diferentemente do verificado no segundo período – e em ambos períodos, no caso das empresas portuguesas –, constatando-se que o fato de as empresas negociarem na NYSE não é garantia do não uso de práticas de manipulação de resultados contábeis. De forma geral, as variáveis de controle apresentam relações significativas com as métricas de GR utilizadas no presente estudo.

Embora alguns fatores podem não ser determinantes a ponto de impactar os níveis de GR, a hipótese 3 não é rejeitada na sua totalidade, uma vez que variáveis como AUD e EUA/NY podem de fato influenciar no processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, podendo impactar os níveis de GR. financeiros e evitar escolhas contábeis (GR) que possam alterar de certa forma os resultados disponibilizados pelas empresas. O modelo utilizado não obteve resultados estatísticos significativos a fim de conferir tais mudanças, especialmente no período pós-convergência as normas internacionais de contabilidade.

Dentre as quatro medidas de gerenciamento de resultado utilizadas no estudo, constatou-se que, para as empresas brasileiras, as três primeiras medidas de gerenciamento apresentaram resultados similares, quando comparados os períodos pré e pós-convergência, diferentemente do observado nas empresas portuguesas, que apresentaram resultados distintos entre os períodos analisados. Como os países analisados são baseados no sistema Code Law e, no passado, as normas e regulamentos contábeis eram fundamentados em normas, e não em princípios, infere-se que esses componentes podem influenciar todo o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade.

Apesar disso, as empresas portuguesas apresentaram maior impacto na adoção das normas internacionais de contabilidade em relação às empresas brasileiras. Inúmeros são os fatores apontados na literatura que explicam os diferentes impactos proporcionados pela adoção

das normas internacionais de contabilidade em diferentes regiões ou países. Dentre os fatores apontados, cabe destacar o sistema legal do país, o desenvolvimento econômico e político do país, a importância do mercado de capitais, o nível de educação contábil. Todavia, é importante lembrar que Portugal, como país membro da União Europeia, adotou as normas emitidas pelo IASB desde 2005, diferentemente do Brasil, que veio somente a adotá-las a partir de 2008.

Desse modo, ainda é cedo para se observar grandes avanços na melhoria e na qualidade das informações contábeis disponibilizadas pelas empresas brasileiras e portuguesas. Dessa forma, conclui-se que o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade para ambos os países não depende somente da mudança do padrão local para o internacional. Faz-se necessária a construção de bases sociais, legais, econômicas e infraestrutura político-jurídico capacitados a auxiliar os preparadores, pesquisadores, estudantes e demais interessados na compreensão das normas emitidas pelo IASB, não se esquecendo da criação de políticas de proteção ao investimento público e privado para o mercado de ações, garantindo aos investidores a atuação do mercado por meio do uso de boas práticas de governança corporativa, objetivando sempre a melhoria continuada na qualidade da educação contábil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face da harmonização das normas internacionais de contabilidade se observou que o grande desafio está em relação a profissão contábil no século XXI, sobre o fenômeno que se desenvolve rapidamente diante da globalização da economia e dos negócios internacionais. A multinacionalização dos negócios, naturalmente, faz com que as empresas deixem de ser apenas nacionais, para se tornarem transnacionais ou globais. Fato que exige que as regras sejam harmonizadas em todo o mundo para que seus balanços sejam fortalecidos e sua compreensão facilitada.

A integralização mundial da econômica mostrou a contabilidade como um único denominador comum para medir a atividade econômica. A contabilidade trará homogeneidade geral no processamento, registro e divulgação de fatos contábeis da mesma natureza. Portanto, a harmonização dos padrões contábeis é necessária e inevitável, e foi plenamente realizada nos níveis regional e internacional. Por outro lado, pode dizer-se que as normas contabilísticas são regras obrigatórias geralmente aceitas, ou orientações para os registros e demonstrações contabilísticas, sendo o respeito pelos princípios contabilísticos fundamentais a base sobre a qual estas normas são construídas, especialmente quando se considera a sua harmonização.

Devido às diferenças culturais e econômicas entre os países, a plena harmonização pode não ser fácil, e em alguns casos algumas diferenças podem até ser toleradas, mas uma escolha que conflita com os princípios fundamentais do SEGeT - Workshop de Excelência Técnica em Gestão e Contabilidade, pois os deputados negariam a existência de conceitos básicos da ciência contábil.

A adoção do IFRS fora considerada uma grande transformação para o mundo financeiro. Os requisitos para a transição para a nova base de relatório foram significativos e a aplicação do IAS exigiu muito julgamento. Um dos desafios da adoção de normas baseadas em princípios como o IFRS é a consistência no entendimento e na aplicação dessas normas. Em última análise, o objetivo será aumentar a transparência e a comparabilidade dos relatórios financeiros, obtendo assim a melhor informação para os acionistas.

Recomenda-se um estudo de caso com sociedades diversas, com o intuito de abordar as dificuldades e limitações encontradas na gestão do patrimônio pessoal e societário, verificando a influência dessa sociedade nos resultados econômicos e gerenciais. Cita-se também a necessidade de futuras pesquisas para verificar a viabilidade de investir em empresas de capital aberto, como elas concentram as atividades administrativas de todas as companhias, é relevante averiguar se existe uma influência desde aspecto das IFRS.

6. REFERÊNCIAS

BALANÇA Comercial registra superavit de US\$ 61 bilhões em Governo do Brasil, Janeiro 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2022/01/balanca-comercial-registra-superavit-de-us-61-bilhoes-em-2021> - Se material sem autor, iniciar a referência pelo título em letras maiúsculas. Acesso em: 07 abr. 2022.

BLOG CERTISIGN. Dez anos de IFRS no Brasil: o que mudou, efetivamente, na Contabilidade. In: Dez anos de IFRS no Brasil: o que mudou, efetivamente, na Contabilidade. São Paulo, 12 nov. 2020. Disponível em: <https://blog.certisign.com.br/dez-anos-de-ifrs-no-brasil-o-que-mudou-efetivamente-na-contabilidade/>. Acesso em: 4 out. 2022.

Choi, F. D.; & Meek, G. K. (2011). International accounting. Pearson Higher Education.
Matos, E. B. S.; Gonçalves, R. G.; Niyama, J. K.; & Marques, M. M. (2013). Convergência internacional: análise da relação entre o processo normativo e a composição dos membros do IASB. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 6(1), 66-91.

COSTA, C. L.; CAMPOS, F. M. de; AMARAL, M. M. Capacitação Profissional: um estudo sobre a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS) nas instituições particulares de ensino superior do ABC. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, n. 177, p. 77-89, maio/junho 2009.

DAVID, FERNANDA CALAÇA; ALVES, Edna. A HISTÓRIA DA CONTABILIDADE: ORIGEM E EVOLUÇÃO, Goiânia, p. 1-15, 7 dez. 2019. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/jspui/bitstream/aee/10731/1/ARTIGO.%20FERNANDA.pdf>. Acesso em: 19 out. 2022.

FEITOSA, Agricioneide. A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA E A NECESSIDADE DE HARMONIZAÇÃO CONTÁBIL. A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA E A NECESSIDADE DE HARMONIZAÇÃO CONTÁBIL, São Paulo, p. 1-16, 6 jun. 2001. Disponível em: <https://www.intercostos.org/documentos/congreso-07/Trabajo024.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

Fuertes, I. (2008). Towards harmonization or standardization in governmental accounting? The international public sector accounting standards board experience. *Journal of Comparative policy Analysis*, 10(4), 327-345.

GOUVEIA, Nelson. Contabilidade básica. 2a ed. São Paulo: Harbra Ltda., 1993.
PADOVEZE, Clóvis Luís. Manual de Contabilidade Básica: Contabilidade Introdutória e Intermediária. São Paulo, Atlas, 2012.

IFRS: entenda o que são as Normas Internacionais de Contabilidade. Site IRKOS Parceria e inovação, 04 de março 2022. Disponível em: <https://site.irko.com.br/blog/ifrs-entenda-o-que-sao-as-normas-internacionais-de-contabilidade>. Acesso em: 25 de mar. 2022.

IFRS: o que são as normas internacionais de contabilidade? In: IFRS: o que são as normas internacionais de contabilidade? São Paulo: Grupo BLB Auditórias, 4 mar. 2016. Disponível em: <https://www.blbbrasil.com.br/blog/ifrs-o-que-sao/#>. Acesso em: 8 nov. 2022.

Internacional: entenda seus diferenciais. In: OMIE. 21 de Setembro de 2020. Disponível em: <https://blog.omie.com.br/blog/contabilidade-internacional-entenda-seus-diferenciais> - Acesso em: 02 abr. 2022.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. Introdução à teoria da contabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002

Mapurunga, P. V. R.; de Meneses, A. F.; & Peter, M. D. G. A. (2011). O processo de convergência das normas internacionais de contabilidade: uma realidade nos setores privado e público brasileiros. *Revista Controle (Online)*, 9(1), 87-107.

MARQUES, Vanessa. IFRS: Entenda a importância das normas internacionais de contabilidade. [S. l.], 8 maio 2020. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/ifrs-entenda-a-importancia-das-normas-internacionais-de-contabilidade/>. Acesso em: 8 nov. 2022

MEIRELLES JUNIOR, Júlio Cândido de. Harmonização das normas internacionais de contabilidade. SEGeT–Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2009. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos09/58_HARMONIZACAO_DAS_NORMAS_INTERNACIONAIS_DE_CONTABILIDADE.pdf Acesso em: 30 mar. 2022.

Niyama, J. K. (2010). Contabilidade Internacional. São Paulo: Atlas.

Qual a importância da adoção do IFRS das normas contábeis? Entenda!. São Paulo, 5 jul.

2022. Disponível em: <https://www.grupocpcon.com/qual-a-importancia-da-adocao-do-ifs-das-normas-contabeis-entenda/>. Acesso em: 8 nov. 2022.

RIBEIRO, T. IFRS – As Normas Internacionais de Contabilidade. In: RIBEIRO, T. São Paulo, 5 de Novembro de 2020. Disponível em: <https://arquivoi.com.br/blog/ifrs-as-normas-internacionais-de-contabilidade/> Acesso em: 02 abr. 2022.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Básica. São Paulo, Atlas, 2013.

SCHMIDT, Paulo. História do pensamento contábil. Porto Alegre: Bookman, 2000.

Santos, C. B.; & Almeida, K. K. N. (2015). Análise Introdutória das Mudanças Provocadas na Contabilidade Pública pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade, 2(1), 21-38.

SUH, A.; AZEVEDO, F.; LOMBARDO, M.; MULLHER, M.; OLMOS, R. Contabilidade.

Taulea, S. S. (2009). The Consequences of Accounting Standardization and Harmonization over the Concept of Financial Position. Annals of the University of Petrosani: Economics, 9(4), 283-288.